



3 REFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA N.º 2354

1 Aos trinta e um dias do mês de março do ano de Dois Mil e Nove reuniram-se em caráter ordinário,
2 às dezoito horas e trinta minutos, em última chamada, na sala de Reuniões do sexto pavimento das
3 Secretarias de Obras e Viação e do Planejamento Municipal, nesta Capital, os seguintes
4 Conselheiros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental: **Márcio Bins Ely**,
5 desempenhando a presidência da reunião. **Silvio Belmonte**, titular da Universidade Federal do Rio
6 Grande do Sul, **Maria Elisabete Aguiar**, primeira suplente da Fundação Estadual de Planejamento
7 Metropolitano e Regional, **Rogério G. de Los Santos**, primeiro suplente do Departamento
8 Municipal de Habitação, **Júlio Miranda**, titular da Empresa Pública de Transporte e Circulação;
9 **Rosane Zottis Almeida**, titular do Gabinete do Prefeito; **Breno Ribeiro**, primeiro suplente da
10 Secretaria do Planejamento Municipal; **René de Souza**, primeiro suplente da Secretaria Municipal
11 de Gestão e Acompanhamento Estratégico; **José Euclésio dos Santos**, titular da Associação
12 Gaúcha dos Advogados Direito Imobiliário Empresarial; **Analino Zorzi**, titular, e **Nilza Colombo**,
13 primeira suplente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; **Jaime Rodrigues**, titular, e
14 **Nilson Lopes Coelho**, primeiro suplente do Instituto de Planejamento e Estudos SocioAmbientais;
15 **José Luiz Domingues**, titular da Ordem dos Advogados do Brasil; **Antônio Zago**, titular, e **Sergio**
16 **Koren**, segundo suplente do Sindicato da Indústria da Construção Civil; **Paulo Bins Ely**, titular do
17 Sindicato dos Corretores de Imóveis; **Jorge Larré**, segundo suplente do Sindicato dos
18 Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Porto Alegre; **Romano Botin**, titular da
19 Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Alan Cristian Tabile Furlan**, titular da Região de
20 Planejamento Um; **Marcia Bica**, titular, e **Lotar Markus**, primeiro suplente da Região de
21 Planejamento Dois; **Helena Cristina Borges**, titular, e **Ana Paula Borges Alves**, primeira suplente
22 da Região de Planejamento Três; **Lauro Rossler**, segundo suplente da Região de Planejamento
23 Cinco, **Carolina Hermann C. de Souza**, segunda suplente da Região de Planejamento Seis;
24 **Eduíno de Mattos**, titular da Região de Planejamento Sete; **Leonite Ana Gheno**, titular da Região
25 de Planejamento Oito; **Alceu Rosa da Silva**, titular da Temática Organização da Cidade
26 Desenvolvimento Urbano e Ambiental e **Ana Paula Tomasi**, secretária executiva e relatora dos
27 trabalhos. O **Presidente** questionou se havia alguma correção à ata e não foi sugerida nenhuma
28 retificação. A ata foi colocada em votação e esta foi aprovada com quatorze votos favoráveis,
29 nenhum voto contrário e duas abstenções. O **presidente** iniciou as **comunicações**. Conselheiro
30 **Alceu** desculpou-se pela sua saída antecipada na última reunião do Conselho e a justificou pela
31 forte sensação de desconforto que lhe gerou suspeita de problemas cardíológicos, mas que em
32 realidade se deu apenas por ansiedade em função do nascimento de seu neto no mesmo dia.
33 Conselheiro **Alan** justificou sua ausência na última reunião, que se deu em razão de uma viagem
34 de última hora à São Paulo. Conselheiro apresentou o modelo de aprovações simplificadas de
35 projetos de grandes empreendimentos utilizado na referida cidade, esta que permite que o
36 empreendedor inicie a construção antes do fim da aprovação. Conselheiro sugeriu que este
37 servisse de modelo para Porto Alegre, já que seria uma forma de gerar investimentos e emprego.
38 Conselheira **Helena** fez um agradecimento ao trabalho que tem desempenhado o CMDUA e
39 particularmente agradeceu à SMAM, por ter atendido de prontidão a sua solicitação de cuidados
40 com as praças da região da Zona Norte. Conselheira acusou para a necessidade de que o DEP
41 tome providências quanto à situação precária do Arroio Sarandi, o qual não conta com a dragagem
42 necessária, apesar de existir verba para o serviço. Conselheira ainda condenou a situação viária
43 dos arredores do Hospital Conceição, onde em determinado ponto o retorno necessário para se
44 chegar ao hospital se evidencia muito longo, representando até a determinação de vida ou de
45 morte do paciente que procura um atendimento de emergência, por exemplo. **Presidente** informou
46 que a SPM recebeu um pedido para uma excepcionalidade na pauta. Leu e-mail encaminhado pela
47 OSPA, que solicitava atenção especial ao pedido de EVU de Edificação da referida instituição, para
48 que o processo em questão fosse apreciado na presente reunião ao invés de na próxima semana,
49 já que conta com um prazo de quinze dias para ingresso no Ministério da Cultura sob pena de se
50 perder verba significativa de patrocínio da empresa Souza Cruz. Presidente colocou o pedido em
51 votação, o qual foi aprovado com dezoito votos favoráveis, nenhum voto contrário e duas
52 abstenções. Número do processo: 002.317778.00.5; Relator: OAB; local: número cento e sessenta
53 e cinco da Avenida Loureiro da Silva; Interessado: OSPA; assunto: EVU Edificação Sala Sinfônica;



ATA N.º 2354

1 Conselheiro **Domingues** relatou o processo e se manifestou favorável à aprovação do EVU de
2 edificação para sala sinfônica. **Presidente** questionou se havia alguma consideração a ser feita.
3 Conselheiro **Eduíno** pediu vistas ao processo. Presidente questionou se conselheiro Eduíno
4 poderia repensar nesse pedido, considerando a questão de prazos que enfrenta a OSPA.
5 Conselheiro **Euclesio** sugeriu que não se efetive as vistas ao processo solicitadas pelo conselheiro
6 Eduíno, em razão de o conselheiro já ter feito um pedido de vistas anterior. Conselheiro **Eduíno**
7 solicitou que fosse respeitado o seu pedido de vistas ao processo, opinando que a questão de
8 prazo para a captação de verba não é suficiente para uma decisão apressada do CMDUA.
9 Conselheiro **Romano** disse que entende e respeita a opinião do conselheiro Eduíno, mas que:
10 considerando que já foi feito um pedido de vistas anteriormente, que esse tipo de pedido pode
11 muitas vezes prejudicar a agilidade no andamento dos processos e que a apreciação em questão é
12 de interesse da comunidade, opinou que não acha justo que uma observação pessoal do
13 conselheiro ocasione o adiamento do trâmite do processo por mais uma semana. Conselheiro
14 **Eduíno** protestou contra o posicionamento do conselheiro Romano, esclarecendo que não está no
15 CMDUA representando interesses pessoais, mas sim os interesses da comunidade. Conselheiro
16 **Alan** opinou que em razão de o pedido relatado se referir a um EVU que não teve alterações
17 durante o seu trâmite, o novo pedido de vistas não se justifica. Conselheiro **Breno** concordou com
18 a manifestação do conselheiro Alan e se manifestou também contrário ao pedido de vistas.
19 Solicitou ao conselheiro Eduíno que reconsiderasse o caso. Conselheira **Helena** manifestou-se
20 contrária à análise de processos de forma apressada. Disse que, apesar de ser favorável ao à
21 aprovação do EVU solicitado, pensa que deva haver calma nas análises. Conselheiro **Zago** opinou
22 que em razão de o pedido de EVU solicitado se referir a mesma matéria já analisada, não haveria a
23 necessidade de tempo prolongado para o pedido de vistas, sugerindo que o conselheiro Eduíno
24 esclarecesse os pontos necessários durante o próprio decorrer da presente reunião. Conselheiro
25 **Nilson** lembrou a todos que os pedidos de diligências solicitados precisam de votação para a sua
26 concretização, sugerindo que fosse feita também votação ao pedido de vistas do conselheiro
27 Eduíno. Conselheiro **Euclesio** manifestou que o primeiro pedido de vistas solicitado pelo
28 conselheiro Eduíno foi de cunho pessoal, já que em solicitação anexada ao processo e
29 encaminhamento ao Ministério Público o mesmo se apresentou como uma pessoa física e não
30 como representante de uma região de planejamento. Conselheiro **Alceu** opinou que o serviço
31 prestado pela OSPA é de grande utilidade para a comunidade e solicitou que sejam unidos os
32 esforços para a sua aprovação. Conselheiro pediu sensibilidade por parte do conselheiro Eduíno.
33 Conselheiro **Lauro** disse que apesar de participar do CMDUA desde o ano de dois mil, nos anos de
34 dois mil e seis e dois mil e sete esteve afastado e por isso não está a par do andamento do
35 processo nessa época. Conselheiro solicitou que relator do processo lesse o que foi solicitado na
36 manifestação do conselheiro Eduíno da época. Conselheiro **Eduíno** salientou que na época desta
37 sua manifestação ele de fato não representava nenhuma região de planejamento, e sim uma
38 instituição não-governamental. Conselheiro **Domingues** fez a leitura da manifestação anexada ao
39 processo que, dentre outras coisas, questionava sobre o tamanho elevado do EVU de edificação
40 proposto no interior do Parque Harmonia, face a possibilidade de prejuízo ao parque e às diversas
41 comemorações realizadas neste local. Conselheiro **Breno** disse que a referida manifestação do
42 conselheiro Eduíno, assim como o seu pedido de vistas, se referem ao questionamento sobre a
43 implementação do projeto em área de parque ambiental, o que já foi amplamente respondido,
44 sendo que quando um processo é trazido para apreciação junto ao Conselho, existe já um projeto
45 de lei que o antecedeu. Conselheiro **Eduíno** lembra que o pedido de vistas, ao contrário do pedido
46 de diligência, não necessita de votação que o anteceda. **Presidente** pediu atenção de todos para
47 manifestar que desde que assumiu a presidência do Conselho tem buscado a forma mais
48 democrática de atuação, e que por isso buscará o regimento interno para prosseguir na resolução
49 do impasse. Disse que o regimento interno prevê que é facultado pelos membros do Conselho, por
50 uma vez, pedir vistas ao processo, e que este pedido se refere a um prazo de no mínimo cinco
51 dias. Também que, a partir da leitura do relato, os conselheiros definirão os próximos passos dos
52 processos, os quais serão os de: vistas, diligência ou aprovação. Disse que esta é a primeira vez
53 que presencia um requerimento à mesa de apreciação de um pedido de vistas ao Conselho. Sendo



ATA N.º 2354

1 assim, a mesa acolheu o pedido de vistas solicitado pelo conselheiro Eduíno e respeitando o artigo
2 vinte e um do regimento interno do CMDUA, a mesa submeteu esse pedido de vistas à apreciação
3 do Conselho. O pedido de vistas foi colocado em votação e não foi aprovado, por dezessete votos
4 contrários, um voto favorável e uma abstenção. O Parecer favorável ao EVU de edificação para
5 sala sinfônica foi colocado em votação e foi aprovado com dezoito votos favoráveis, dois votos
6 contrários e nenhuma abstenção. Conselheiro **Eduíno** solicitou que ficasse explicitado em ata que
7 lhe foi negado o pedido de vistas solicitado e pediu licença para se retirar da reunião. **Presidente**
8 esclareceu que não lhe foi negado o pedido, mas que essa decisão foi uma deliberação do
9 Conselho. Presidente da OSPA, que estava presente na reunião, pediu para ter voz e o presidente
10 lhe concedeu a palavra. Esse explicou que o Ministério da Cultura possui regras complexas a
11 serem seguidas e que a OSPA conta com prazo curto para ao desfecho do processo, sendo que o
12 fato de o empreendimento se localizar no interior de um parque ambiental não significa que haverá
13 agressão ao meio ambiente. Conselheira **Helena** solicitou que seja fornecido aos conselheiros o
14 Regimento Interno do CMDUA, para que todos possam ter maior conhecimento para embasar as
15 reuniões. Parabenizou a forma como o presidente conduziu a discussão. Conselheiro **Paulo**
16 também elogiou a forma como o presidente conduziu as discussões, opinando que se deram de
17 forma sensata e coerente ao regimento. Presidente deu início à ordem do dia. Leu os nomes dos
18 conselheiros que se manifestaram interessados em integrar a comissão que representará o
19 CMDUA junto à Câmara de Vereadores e disse que os mesmos foram acolhidos: **Alan**,
20 representando a Região de Planejamento Um, **Irmã**, representando a Região de Planejamento
21 Quatro, **Jorge**, representando o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, **Romano**,
22 representando a Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, **Alceu**, representando a
23 Organização da Cidade Desenvolvimento Urbano Ambiental, **Leonite**, representando a Região de
24 Planejamento Oito, **Helena**, representando a Região de Planejamento Três, **Euclésio**,
25 representando a Associação Gaúcha dos Advogados e Direito Imobiliário Empresarial e **Hilton**,
26 representando o Sindicato da Indústria da Construção Civil. **Presidente** deu início à apresentação
27 dos temas diversos propostos pelos conselheiros nas duas semanas que antecederam a presente
28 reunião. Conselheiro **Silvio** opinou que lhe agrada a idéia de reunião bimestral para tratar de temas
29 diversos, mas pensa que deve-se organizá-la melhor. Disse que vários temas comuns foram
30 apresentados de forma separada, por entidade, e que poderiam ser aglutinados em blocos. Por
31 exemplo, como o tema “Plano Viário”. Fez o relato da proposta enviada pela Universidade Federal
32 do Rio Grande do Sul, “Continuidade viária através do aeroporto”. Esta, entre outras questões, se
33 refere a uma passagem subterrânea por sob o aeroporto para dar acessibilidade na Zona Norte de
34 Porto Alegre. Conselheiro **Alan** questionou se o que o conselheiro está sugerindo se refere a um
35 gravame viário. Conselheiro **Silvio** disse que sim e que este seria apenas sob a pista do aeroporto.
36 Conselheiro **Jaime** opinou que esta é uma idéia bastante positiva, mas que seria também
37 importante lembrar que a cidade está em intensa transformação, e que, por ser o sistema viário
38 ainda o mesmo desde o início do século passado, é importante se tratar esse tema. Conselheira
39 **Elisabete** opinou que se faz necessário formar blocos de discussão para as reuniões de temas
40 diversos e que um deles deveria ser “Plano Viário”. Conselheiro **Breno** se disse intrigado e com
41 dúvidas referentes a como de fato poderão ser tratados esses assuntos diversos, já que demandam
42 tempo e organização atípica. Reconheceu o interesse da UFRGS pelas melhorias da cidade e
43 esclareceu que o planejamento viário da cidade está baseado em alargamentos e prolongamentos.
44 Disse que existe um planejamento, apesar de muitas vezes se pensar o contrário. Conselheiro
45 acusa para as obras inacabadas e para a falta de obras de fato, se referindo a falta de investimento
46 nessa área, esclarecendo que é justamente a carência de execução de obras no sistema viário
47 principal que gera a sobrecarga das vias secundárias. Conselheiro **Silvio** questionou sobre a
48 existência de gravame para o projeto o qual relatou. Conselheiro **Breno** disse que esse exatamente
49 não existe, mas nas imediações sim. Disse que deve-se ter cuidado para não se tomar decisões
50 unilaterais, já que o projeto proposto envolve também a Infraero. Conselheiro **Romano** disse que
51 este tema é de extrema importância e que se de fato há um planejamento viário na cidade, este
52 não foi apresentado ao Conselho. Conselheiro **Lotar** disse que é necessário maior participação do
53 Conselho nas implementações feitas na cidade e que, por exemplo, no caso do aeroporto, os



ATA N.º 2354

1 impactos das obras não foram adequada e suficientemente discutidos. Conselheiro **Julio**
2 respondeu que um Plano Viário articulado como sistema de transportes já foi encaminhado pelo
3 CMDUA para o prefeito e esse que encaminhou à Câmara. Conselheira **Leonite** acusa para erros
4 passados que agora vê se repetirem: disse que se o objetivo do CMDUA deve tratar de
5 planejamento com execuções rápidas e não para os próximos cinquenta anos, por exemplo. Disse
6 que a Copa de dois mil e quatorze está prestes a acontecer, o que requer atitudes objetivas. Disse
7 que se deve pensar na comunidade das diversas regiões da cidade e do Estado que chegarão na
8 capital para assistir aos jogos e que se faz necessário pensar nas vias que suprirão essa demanda,
9 além da necessidade de sistemas de transporte, estacionamento, entre outros pontos. Conselheiro
10 **Jaime**, em resposta à falta de recursos acusada pelo conselheiro Breno para a execução de obras
11 viárias, disse que é sabido que no Brasil há verba para investimentos, mas o que faltam em
12 realidade são projetos. Disse que é contrário ao fato de o sistema viário ser planejado por
13 extensões e alargamentos apenas e que este não é um plano suficiente, opinando que seja
14 importante melhorá-lo. Conselheiro lembrou que o tema viário está atrelado ao sistema de
15 transporte, e que tudo deve ser pensado de forma articulada, sendo que a área da habitação deve
16 ser levada em consideração. Manifestou que a copa de dois mil e quatorze não é exatamente o que
17 deve ser levado em consideração, mas o plano viário deve ser projetado de forma a suprir a atual
18 população da cidade, já que a demanda cotidiana já é grande. Conselheiro acusa para a
19 importância de se pensar no projeto do metrô, o qual possibilitará o desafogamento do centro da
20 cidade. **Presidente** disse que por ser a presente reunião algo novo para todos seria importante que
21 se focalizasse a atenção para encontrar a melhor forma de abordar os temas diversos propostos.
22 Conselheiro **Zorzi** falou que é necessário aproveitar os últimos minutos da reunião para se definir
23 uma metodologia para esse tipo de reunião. **Presidente** sugeriu que os assuntos propostos fossem
24 levados à reunião já com os devidos encaminhamentos necessários a sua abordagem. Sobre a
25 disponibilização do Regimento Interno do Conselho, esclareceu que o mesmo consta na internet
26 para consulta. Conselheira **Helena** disse que nem todos os conselheiros têm acesso a internet e
27 que alguns necessitam de cópia impressa. **Presidente** estabeleceu que aqueles que necessitam,
28 que solicitem à mesa. Conselheira **Elisabete** disse que para que se possa debater determinado
29 tema, é necessário que se tenha um embasamento que anteceda a discussão, que seja
30 apresentado aos conselheiros antes da discussão. **Presidente** opinou que o Conselho deve
31 respeitar as propostas e não pode explanar sobre algo que não esteja previsto em pauta. Disse que
32 a mesa estava aberta para que sejam apresentadas propostas de formatação desse tipo de
33 reunião. Conselheira **Rosane** opinou que é importante que o município se manifeste e se prepare
34 para dar suporte à discussão dos temas que serão tratados na reunião, concordando com o que
35 disse a conselheira Elisabete, no sentido de embasar as discussões. Conselheira disse que no
36 caso apresentado pelo conselheiro Silvio, por exemplo, pouco se pôde participar da discussão e
37 seria interessante que fosse apresentado aos conselheiros também o atual plano viário de Porto
38 Alegre. Neste caso, a conselheira sugeriu que o conselheiro faça por escrito a solicitação da idéia
39 proposta e encaminhe à SPM por escrito, para que tramite e possa surtir resultado. **Presidente**
40 solicitou que sejam feitos esses encaminhamentos. Às vinte horas e vinte minutos foram
41 encerrados os trabalhos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental pela
42 Presidente. Eu, Ana Paula Tomasi, assino e lavro, juntamente com o Presidente a presente ata.

43
44
45
46
47

Ana Paula Tomasi
Secretária Executiva

Márcio Bins Ely
Presidente